

## Editorial

### **“Não venda minha escola”: privatizações e desmonte da educação pública no Paraná.**

Bruno Sanches Mariante da Silva<sup>1</sup>  
Daniela Reis de Moraes<sup>2</sup>

As duas edições da Revista 29 de abril publicadas em 2023 (V3.N4 e V3.N5) tiveram em suas capas fotografias de greves históricas dos professores do Paraná, tanto das universidades quanto das escolas. A escolha deu-se, como anunciado no texto de apresentação da edição V3.N5, em função da greve que mobilizou todas as universidades estaduais, e também por, historicamente, a classe docente paranaense ser bastante mobilizada e aguerrida. O nome de nossa revista é, sabidamente, uma homenagem as professoras e professores que enfrentaram balas e bombas do governo do estado em 29 de abril de 2015, no episódio conhecido como “Massacre de 29 de abril”. Contudo, nos vemos forçados a voltar à temática frente aos recentes acontecimentos. São esses passados que não passam.

4

Nas últimas semanas, o Paraná testemunhou intensa movimentação do Governo do Estado para aprovar um projeto de lei que autoriza a terceirização de escolas públicas, trata-se da PL 345.2024, intitulado “Parceiros da Escola”<sup>3</sup>. O então projeto foi aprovado em caráter de urgência no dia 04 de junho de 2024, com adesão de trinta e nove parlamentares contra treze, passando a vigorar como a Lei 22.006. O que chama atenção é o fato da ação mandatória do governador Carlos Massa Ratinho Jr, frente a um tema delicado e de grande proporção, sem abrir uma mesa de debate ou mesmo diálogo com a comunidade civil e escolar.

A educação tem se tornado cada vez mais alvo do interesse privado, suscitando debates sobre as implicações dessa tendência. Em 2020, chegou a Câmara dos Deputados Federais a proposta de mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que propunha a inclusão de emendas a possibilidade de repasse de 10% dos recursos para instituições comunitárias, filantrópicas, confessionais e educação profissionalizante. E, mais uma

---

<sup>1</sup> Doutor em História, professor da Universidade de Pernambuco, Editor-Chefe da Revista 29 de Abril.

<sup>2</sup> Mestra em História, doutoranda em História pelo PPH/UEM, professora PSS na Rede Básica de Educação do Paraná.

<sup>3</sup> GAVANI. Giovana. Grupos de defesa da Educação pedem para senado “salvar” o Fundeb. Carta Capital. Data da publicação: 14/12/2020. Disponível em: 20/06/2024.

vez, toda a tramitação foi orquestrada em caráter de urgência. No entanto, houve intensa movimentação popular, que pressionou a não execução da proposta. Percebe-se que essas tramitações seguem um padrão, a ausência de debates com as comunidades educacionais, bem como o atropelo nas decisões e imposições sem o menor pudor para com o respeito aos ritos de decisões democráticas.

No Paraná, o governo parece não ouvir os apelos da comunidade escolar, muito menos da classe trabalhadora, diretamente afetada com as mudanças legislativas. Desde a sinalização do projeto de Projeto de Lei 345.2024, a Associação dos Professores do Paraná – APP – buscou contato com o secretário de educação, Rony Miranda, para estabelecer um canal de esclarecimentos acerca do projeto, porém a contrapartida foram esquivas e negativas de diálogo. Os educadores passaram, então, a conviver diariamente com o terror de assistir ao sistemático desmonte das escolas públicas paranaenses. Estava em pauta no PL a contratação de professores e pedagogos terceirizados, diretamente por uma empresa gestora, sem a mediação do estado, com isso seria o fim do Processo Seletivo Simplificado (PSS), que mesmo bastante precarizado, ainda assegura direitos do funcionalismo público, como o pagamento das horas-atividades, o que no regime terceirizado seriam apenas contadas as horas cheias de aulas. Assim como, os atuais diretores também não estão respaldados em manter seus cargos e tampouco sua autonomia assegurada, já que terão que garantir as metas estabelecidas pela empresa, o que os colocaria em uma pressão por índices, sem o compromisso com a qualidade do ensino. É oportuno destacarmos que a Lei 22.006 – promulgada a solavancos – traz preceitos bastante vagos e que abrem margem para inúmeras brechas, especialmente no que concerne aos atuais direitos trabalhistas dos educadores.

No dia 25 de maio, a APP promoveu uma assembleia para debater a questão com mais de quatro mil participantes, na ocasião foi deliberada a aprovação de uma greve geral, como objetivo de barrar a emissão do projeto para a ALEP. Nas escolas, o clima foi de muita tensão, considerando que nos últimos anos, em relação as paralisações e greves, a categoria de professores amargou com faltas não abonadas e descontos em seus salários, mesmo com os esforços da APP em negociar com o estado. A greve, com duração de três dias, teve início dia 03/06, e caravanas de professores se reuniram em frente à Assembleia Legislativa, em Curitiba, num total de mais de 24 mil professores marcaram presença, de acordo com o sindicato. No início dos movimentos, nos dias que antecederam à greve e até a sua deflagração, a grande mídia impunha um silenciamento diante

do fervor que se instaurava no estado. Mas a greve e as manifestações, tanto na capital quanto nas cidades do interior, fizeram com que essa bolha fosse rompida e as vozes de milhares de educadores e estudantes emergissem e se destacassem das notícias ordinárias. As escolas passaram, então, a conviver com constantes perseguições, fiscalizações por parte dos Núcleos Regionais, bem como alinhamentos – via ameaças – com diretores, a supressão da liberdade de expressão dos estudantes, que já estavam compreendendo a gravidade da situação, mas foram tolhidos de se manifestarem contra à privatização das escolas tendo cartazes recolhidos e professores – que permaneceram em aula – eram pressionados a não comentarem sobre a situação.

Apesar de uma arquitetura da destruição de nossa educação ainda caminhar a passos largos, os professores, em assembleia, decidiram pelo fim da greve, com a aplicação de multas para a APP e sua presidenta do sindicato, Walkiria Mazeto. Os educadores ainda não tiveram uma devolutiva do Ministério Público do Trabalho acerca da negociação das faltas e descontos. O sentimento da categoria é de desolação diante dos futuros capítulos da educação do Paraná e o total desprezo por parte dos três poderes do estado.

A série de desmoralização do dinheiro público continua, posto que durante o período da greve, a Secretaria de Educação promoveu o disparo de um vídeo de propaganda contra a ação dos educadores, um conteúdo recheado de imagens e discursos pejorativos, distorcidos e até difamatórios para a classe dos professores. Ao ser questionada sobre a procedência do material e da verba para a promoção, a SEED não trouxe devolutivas esclarecedoras. Os professores seguem em aula, esmagados pelas plataformas, pelas metas, pelas ameaças e a falta de perspectiva de uma educação democrática, laica e pública para a sociedade, uma luta pelo direito primário vigente na Constituição Federal de 1988. Por outro lado, o Governo do estado viola os direitos, insulta a transparência e lisura do orçamento público, e como um ato de “incinerar” seu rastro, a Secretaria da Educação do Paraná comunicou a implementação de sigilo sobre documentos da SEED entre 5 e 100 anos.

São tempos difíceis para aqueles que sonham e lutam por uma educação livre e de qualidade. A Revista 29 de abril, mais uma vez, coloca-se ao lado de professoras e professores, pois é o que também somos, do Estado do Paraná em sua luta histórica e hercúlea contra os avanços nefastos do desmonte da educação pública paranaense, que ocorre tanto no ensino superior quanto na educação básica. Há uma mítica representação social dos docentes como “heróis sem capa”,

“guerreiros e guerreiras”. Por mais louvável que sejam, tais representações, frequentemente, abandonam professoras e professores a sua própria sorte em suas árduas batalhas. Batalhas que são (ou deveriam ser) de todos. É preciso que a sociedade civil também se envolva no esforço para salvarmos a educação pública do Paraná.

– *Quem estará nas trincheiras ao teu lado?*  
– *E isso importa?*  
– *Mais do que a própria guerra.*